

OS DESAFIOS PARA O AVANÇO DOS DIREITOS HUMANOS NA EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANA - T1/2025

 Inscrições até as 12h do dia **18-08-2025** [neste link](#).

DATA/PERÍODO	20-08 a 1º-09-2025		
HORÁRIO	N/A		
FORMATO	Palestra ▾		
MODALIDADE	EaD Autoinstrucional ▾		
LOCAL	EJud4 On-Line		
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Palestrante ▾	Elisa Loncón	Liderança indígena Mapuche, professora, linguista e ativista de direitos humanos.
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4 que não tenham participado, com certificação, da palestra realizada na Aula Magna, no ano de 2023.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	150		
CARGA HORÁRIA	2 h/a		
JUSTIFICATIVA	<p>Necessidade de reflexão e diagnóstico sobre os desafios para a Efetividade dos Direitos Humanos no Brasil, pela comunidade jurídica, a partir da experiência chilena e latinoamericana. Atende aos objetivos do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos (2022), do Conselho Nacional de Justiça, o qual compreende, dentre as suas ações iniciais, o Fomento a programas de capacitação em Direitos Humanos e controle de convencionalidade em todas as esferas federativas, em cooperação com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, em parceria com a ENFAM, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana e o Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law, com destaque ao controle de convencionalidade; à jurisprudência interamericana; aos diálogos jurisdicionais; e ao impacto transformador do sistema interamericano considerando a experiência regional e brasileira, fomento a programas. O Pacto possui (por objetivo central, mas não exclusivo) o fortalecimento da cultura de Direitos Humanos no Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade. Constitui novo esforço da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF) (Resolução CNJ n. 364 de 12/01/2021) voltado ao fomento da cultura de Direitos Humanos no Poder Judiciário. A iniciativa se inspira na Recomendação CNJ n.123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade (artigo 1º, I da Recomendação n. 123/2022).</p> <p>https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/folder-pacto-versao-impressao.pdf.</p> <p>A atividade formativa está também em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, bem como com os da Resolução 205 do CNJ.</p>		
EMENTA	Os desafios para o avanço dos Direitos Humanos, especialmente os destinados às minorias sociais, na experiência constitucional latinoamericana.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Gravação da Palestra da aula inaugural de 2023: Os desafios para o avanço dos Direitos Humanos, especialmente os destinados às minorias sociais, na experiência constitucional latinoamericana.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> → Enfatizar a noção de participação plural nos espaços de poder e no endereçamento efetivo das políticas públicas para a construção (e aprimoramento) das nossas democracias, não apenas pelo reconhecimento, responsabilidade e reparação no tocante às dívidas históricas dos Estados para com a povo indígena, o povo negro e para com as mulheres, mas como império de sobrevivência interdependente em todo vinculada a sustentabilidade ambiental e social. → Reconhecer que para a efetivação do direito fundamental de todos ao meio ambiente é necessário garantir os direitos humanos dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, verdadeiros guardiões dos nossos biomas, assim incluídos os direitos trabalhistas de todos os envolvidos na cadeia produtiva, através de políticas públicas a cargo do Estado. → Tratar de noções alternativas de Desenvolvimento (não necessariamente neoliberais). → Reconhecer o valor das atividades de produção e reprodução social realizadas mais marcadamente pelas mulheres racializadas e periféricas, e buscar formas de participação equitativa destas nos espaços políticos, sociais, trabalhistas e culturais.
METODOLOGIA	<p>O curso segue o modelo autoinstrucional, em que o(a) aluno(a) decide, durante o período de realização, a melhor forma de administração do tempo de estudo (acesso ao curso 24 horas por dia).</p> <p>O curso apresenta apenas a gravação da palestra, de acesso obrigatório, para a realização da atividade avaliativa.</p>
AVALIAÇÃO	<p>Avaliação de aprendizagem: Questionário avaliativo ao final do módulo ‘Material de estudo’. Para aprovação, o(a) aluno(a) deverá realizar todas as atividades programadas e alcançar nota final igual ou superior a 70 pontos, o que corresponde a um mínimo de 70% do rendimento total proposto.</p> <p>- Avaliação de reação: Os/As participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando a avaliação de reação estiver disponível para preenchimento e deverão observar o prazo informado.</p>
DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO	O(A) estudante deverá responder ao questionário final de avaliação, com 10 questões. São permitidas somente DUAS tentativas para realizá-lo. Será contabilizada a nota mais alta obtida nas tentativas realizadas. Para ser considerado(a) aprovado(a), o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período de realização do curso e alcançar o nível de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples do resultado obtido no questionário.
CERTIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Para ser considerado(a) aprovado(a), o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período do curso e alcançar o nível de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples do resultado obtido no questionário. - O(a) aluno(a) receberá um e-mail para responder à Avaliação de Reação na semana seguinte ao prazo final de encerramento da turma. Na mesma oportunidade, o certificado dos alunos aprovados estará disponível no sistema Sisejud. - Não serão certificados(as) alunos(as) que já tenham obtido certificação na turma de 2024.
ACESSIBILIDADE	- Legendagem automática.
FINALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Magistrados(as): Formação Continuada; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção por Merecimento. - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção. - Estagiários(as): Formação Continuada.



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

- [!\[\]\(0551a83d441798e532995956b603f604_img.jpg\) 1\) Público interno do TRT4 - magistrados\(as\) e servidores\(as\), inclusive aposentados\(as\);](#)
- [!\[\]\(54ee180c0037b66a36ce2219a481afde_img.jpg\) 2\) Público externo.](#)